



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 16/03/15

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Severo Eulálio

para relatar.

Em 17/3/15

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 24/2015 que:

“Dispõe sobre o atendimento diferenciado para portadores de Diabetes na Rede Estadual de Saúde”

AUTOR: DEP. FLÁVIO NOGUEIRA JÚNIOR

RELATOR: DEP. SEVERO EULÁLIO

### I – RELATÓRIO

Nos termos dos arts. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Para tanto, deve ser observada sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989.

Trata-se de projeto de lei ordinária, apresentado pelo Dep. Flávio Nogueira Júnior, com o objetivo de garantir aos portadores de Diabetes Mellitus prioridade no atendimento – no tocando aos horários de exames que venham a ser feitos em caráter de jejum total – em hospitais públicos e particulares, clínicas, postos de saúde e de coleta credenciados à Rede Estadual de Saúde.

Tal prioridade deve ser compatibilizada com a dos idosos, deficientes e gestantes, cabendo ao usuário ou cliente dos serviços de saúde a comprovação da patologia mediante apresentação de documento médico (laudo). A identificação de tais



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

pacientes caberá aos hospitais, clínicas, postos de saúde e de coletas que farão tais exames.

É o relatório. Passo ao voto.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

A vida é o bem maior de toda pessoa humana. A garantia da saúde é o veículo mais importante para a sua digna manutenção. Nesse sentido, o projeto de lei está em consonância com o que dispõem a Constituição da República e a Constituição do Estado do Piauí – sobretudo por ser de competência concorrente a legislação sobre a defesa da saúde (CR, art. 24, XII). Vejam os dispositivos nos quais encontra sólido embasamento jurídico:

#### **Constituição da República**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

#### **Constituição do Estado do Piauí**

Art. 3º São objetivos fundamentais do Estado:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Assim, o projeto de lei promove fundamentais valores constantes nas tábuas axiológicas das Constituições da República e do Estado do Piauí. Daí sua constitucionalidade, legalidade e tecnicidade.

### III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma, o voto do relator é pela aprovação da matéria.



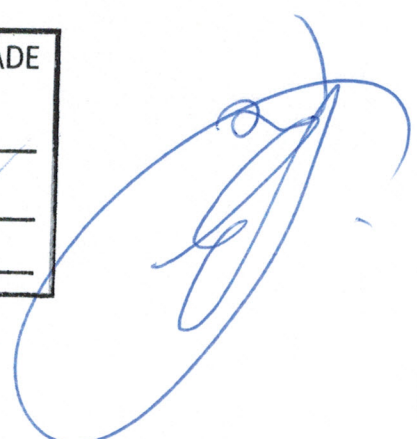

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 20 de março de 2015.

  
DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator

APROVADO À UNANIMIDADE em, <u>31</u> / <u>03</u> / <u>15</u> _____ Presidente da Comissão de _____ _____ _____
--